

Ch

João Luiz de Araújo, Emenda Aditiva nº 03, de autoria do Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barreto, e Emenda Aditiva nº 04 de autoria do Vereador Eduardo Pereira Xita. Aprovados os Requerimentos de Urgência nºs 01, 02, 04 e 05, de autoria do Vereador Antônio Carlos Diniz do Couto para as Emendas 01, 02, 04 e 08/93, Aditivas e substitutiva respectivamente; Aprovados requerimentos de Urgência nºs 06, 07, 08, 09, 10, 11 de autoria do Vereador Milton Roberto Diniz de Souza para as Emendas Substitutivas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 07; Aprovado requerimento de Urgência nº 12/93 de autoria da Comissão de Finanças, Orçamento e Alienação para o Projeto de Lei nº 001/93. Terminada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente marcou a próxima sessão para terça-feira, encerrando a reunião presente sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação final, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

Magalhães
Paulo

Ata da Sessão de Instalação do Primeiro Sínodo Diocesano de Aracaju - Diocese de Aracaju, realizado no dia 16 de fevereiro de 1993.

Aos diversas horas do dia 16 de fevereiro do ano de mil novecentos e noventa e três (1993), sob a Presidência do Vereador Afonso do Prado Mendes e com a participação do Primeiro Secretário pelo Vereador Waldir Adriano de Aguiar Neto, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Enga. Após dezoito (18) respostas à chamada nominal os seguintes Vereadores: Luiz Silva da Rocha, Aires Bezerra de Figueiredo, Antônio Carlos Diniz do Couto, Alfredo Luiz da Rocha Barreto, Carlos Roberto Lequeiro dos Santos, Dirceu Diniz do Silva, Vinícius Schunadt, Eduardo Pereira Xita, João Luiz de Araújo, Orlando do Silva Diniz, Sílvia Rodrigues Diniz, Milton Roberto Diniz de Souza, Edvalton Pinto de Andrade e Luiz Antônio de Brito Alves. Assumido número Regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão em nome de Deus. A seguir, foi lida e aprovada a Ata do Sínodo Diocesano, realizado no dia 11 de fevereiro do ano em curso. Após o cumprimento do rito regimental, o Senhor Presidente cedeu ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do **R**egulamento que consta do requerimento Indicação nº 001/93 de autoria do Vereador Sílvia Rodrigues Diniz, assinado Indica ao Excmº Senhor Prefeito Municipal a constituição de Capela Evangélica Pública no Jardim Esperança e no Bairro de São Cristóvão.

Ch

Indicação nº 002/93 de autoria do Vereador Elias Rodrigues Pinto, assunto: Indicar ao Excm.
 Senhor Prefeito Municipal a implantação de sanitário Público no Bairro Santo Antônio, Indica-
 ção nº 003/93 de autoria do Vereador Elias Rodrigues Pinto, assunto: Indicar ao Excm.
 Senhor Prefeito Municipal a construção de um Posto Público no Bairro Manoel Louro, Indica-
 ção nº 009/93 de autoria do Vereador Adalton Pinto de Andrade, assunto: Indicar ao Excm.
 Senhor Prefeito Municipal, estabelecimento para o São Alemanha, localizado no Jardim Louçara;
 Indicação nº 010/93, de autoria do Vereador Adalton Pinto de Andrade, assunto: Indicar ao
 Excm. Senhor Prefeito Municipal a PDCAP, o primeiro grupo no Bairro do Jardim Louçara.
 Examinada a letra do Expediente, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna aos Vereadores
 presentes em livre próprio. Como primeiro orador insubiu, ocupou a Tribuna o Vereador Edson
 da Cunha Rêgo, do P, comentando inicialmente sobre as demissões que estavam ocorrendo no
 Prefeitura e as indenizações que não correspondiam a legislação, cobrindo da Tribuna "re-
 tor" de rescisão salarial de trabalhador demitido em 09 de fevereiro de 1993 tendo como ba-
 se salarial de duzentos e oitenta mil cruzeiros e que no pouco mais da metade de um salário
 mínimo. Adiante disse que a Prefeitura estava mentuando as demissões através de Pro-
 cejos Administrativos e com pagamento de cinquenta por cento, afirmando e orador que
 o Prefeito José Bonifácio fazia economia para beneficiar outros funcionários, que estavam re-
 cebendo através ZPA, e com aumento de "marfás", enfatizando que estava investigando
 do tal question e em outra reunião esperava trazer as provas do que afirmava. Quan-
 to ao dito abono de vinte e cinquenta por cento, decretado para janeiro de 1993, disse que
 o mesmo era ilusório pois os cálculos tinham como base o salário de duzentos e
 oitenta mil cruzeiros. Com relação ao discurso do Vereador Antônio Carlos Pereira da
 Cunha, do PDT, disse que ao analisar as obras do Prefeito em homenagem dos Búzios, o
 ilustre Vereador apontava para o esmorecimento do movimento emancipatório o que con-
 siderava salutar para o consolidação do Município que antes já sofreu com a emana-
 pação de Anápolis do Gato e, considerava que tais movimentos em circunstâncias eram
 movimentos inflacionários. Denunciou o que considerava a hipocrisia com que certos Vere-
 dores da situação e que no campanha faziam gestões e pagavam funcionários para tra-
 ziam o título do Senhor José Bonifácio e pediam eídulos de outros candidatos e após
 eleito hipocritamente defendiam o governo e, por outro o Prefeito por certo tambem
 tinha o apoio de tais fatos. Sobre o question envolvendo o que considerava sua exclu-
 são do Conselho da Criança e do Adolescente, e tendo em vista o aparte que lhe fora
 negado em sessão anterior, resolveu-se ao silêncio que lhe fora imposto, mas ficou
 afirmar que não viera o estado certo para composição do Conselho, como disse.

o Senhor Sumário Secretário Valdir Aguiar. Disse que o Vereador Juan Luiz de Araújo
foi indicado preliminarmente, segundo constava em Ata o Vereador Alfredo Luiz do Prado
Branco foi convidado para participar, estando assim encaminhado foi havido manipulação
e interferência do Prefeito por Bonifácio e, agradecendo, encerrou sua fala. A seguir depôs a
Sábina o Vereador Guilherme Bezerra de Aguiar, abordando o discurso do Vereador Edvaldo
Gomes Kito, sobre as demissões, disse que as resoluções haviam sido calculadas sobre o
salário de ozentos e oitenta e um mil cruzeiros, quando o salário mínimo já era
de um milhão duzentos e cinquenta mil cruzeiros, o que configurava um abuso contra
o trabalhador. Disse que o documento resolutivo não podia ser consumado sem o
 Parecer Jurídico do Procurador do Trabalho e assim, a Prefeitura por incompetência
ou não obrigava as pessoas a empírem outro sacrifício para terem os direitos
restabelecidos. Quanto ao Prefeito disse que o mesmo tinha duas personalidades em
um só corpo, pois era o Leão para pedir isto e foi Bonifácio para maltatar o
povo, mas, mesmo assim não fazia oposição sistemática ao Prefeito por questões
ideológicas e muito menos movido pelo passionalismo exacerbado, o que nada con-
duzia, mas não podia ficar calado ante tais absurdos, pois cada Ata do Prefeito ti-
nha que ser baseada no espírito da justiça, o que não estava ocorrendo. Adiante,
disse que tais manifestações da Administração, representavam o desprezo pela figura
humana do trabalhador, pois em toda sua vida nunca viu salário ser reduzido, e
tinha certeza que os partidos alinhados com o Prefeito, como o PSB, o PT, não ti-
nham tomado conhecimento de tais distúrbios do Prefeito. Discorreu a seguir sobre
a perseguição política dos Partidos que contribuíram a Coligação Cato Ino Livre, cujos
partidos não estavam sendo censurados de forma postiva, ao contrário, enfatizou, pois
não estava respeito do Prefeito nem para com o Secretário de Saúde, sem autonomia
até para empírer um voto, pois o dinheiro estava em caixa única. Disse que diante
de tal quadro até parecia que o Prefeito percevia uma demissão do Secretário de Saúde
Luiz Nilton, para poder melhorar sua situação como Prefeito do PDT, mas não podia admi-
tir que o dinheiro do SUS não pudesse ser gerenciado pelo titular de Saúde, visto ser cla-
ro que o Prefeito não era médico e muito menos entendia de saúde. Voltando a falar so-
bre demissões, disse que estavam sendo alcançados os admitidos em 1993 e que o Prefe-
to entendia que os contratos não deviam ser renovados, e que outras funcionários havia-
va seu amigo de algum Vereador ainda não alinhado com o Senhor por Bonifácio por-
que fosse demitido também. Disse que a unanimidade na Câmara não era boa nem
para o Prefeito e assim mantinha sua linha política exercendo com equilíbrio seu magi-

data, pois o radicalismo jamais sublimava o estado democrático. Em aparte o Vereador Orlando do Silveiro disse que simplesmente o Prefeito não renovou contratos de trabalho expirados em 31 de dezembro de 1998, e assim não ocorreram as demissões. Respondendo disse o Vereador que o aparte levou ao retorno da proibição, ou seja, "eu não matei ninguém, eu só faço o juízo, quem mata é Deus", e que naturalmente o Vereador do PDT não sabia com a perda do emprego, e que o Prefeito administrava ao amplexo da lei. O requer requiriu que o partir do semana anterior, os funcionários da Saúde passassem a ter carga horária de oito horas, quando a Câmara requirira na Lei Orgânica a economia de carga horária e salários, e, que o Sindicato da Saúde brigara por tal conquista no Governo passado, e, agora, se omitia, porque todos os integrantes do Sindicato agora tinham ênfase no atual Governo, o que no mínimo era irônico. Em aparte o Vereador Carlos Roberto Vaqueira dos Santos, disse não se lembrar da presença do orador na última Reunião do Sindicato da Saúde, como também não lembrava a participação do Vereador Aires Bessa na última Reunião do SSB onde se falava de tal questão e também sobre indenizações. Disse também que não se recordava de ter visto o orador na última Assembleia da Saúde, pois certamente se poderia contar com a brilhante voz do SSB, em defesa do trabalhador, cuja ausência sempre fora notada nos últimos anos em tantas Assembleias eleitorais. Respondendo ao aparte, o Vereador Aires Bessa agradeceu, afirmando que fora eleito para a Câmara Municipal, eleito pelo povo, considerando que Sindicato e Assembleias eram para os trabalhadores, e, que tinha que participar quando situações exigiam ao legislativo e, na Casa sempre estava ao lado do trabalhador. Disse que nunca fora agitor Assembleias de trabalhadores e que jamais se apoderara de Reuniões Sindicais para se promover politicamente, o que era uma prática para alguns Vereadores na Câmara em passado bem recente. O requer, abordou discursos de outras reuniões quando Vereadores do Governo diziam que a Prefeitura não poderia a médio prazo pagar um bom salário, o que demandaria no mínimo seis meses, indagando o orador se a Prefeitura havia estado fazendo, se estava produzindo menos, daí, não haveria dinheiro, aduzindo o orador que o tanto por tanto dos recursos da Prefeitura nam oriundos de repasses do Governo Federal e Estadual. Disse que na Prefeitura alguns trabalhadores ganhavam salário mínimo e outros tinham salários a mais, lembrando que em campanha política o Prefeito foi beneficiário de mais de mil funcionários era de se perguntar para onde estava indo o dinheiro visto os baixos pagos pela obra

Ja

igualdade. Disse que em sessão anterior comentara sobre o caso ocorrido com o Vereador Ivan Luiz de Araújo quando havia que salvar uma criança em Porto do Ouro e, ter que comprar medicamentos para o Peto de Loude da Infância não tinha tais recursos próprios e depois, por obrigação a ouvir elogios de certo Vereador porque o Prefeito tinha adquirido camibóis e trailers, como se tal material estivesse alguma do valor igual e assim, alguma coisa estava usada no Fundo de "O nomeação". Disse a seguir, que os Vereadores trocavam um prelo do Governo José Bonifácio, como parâmetro de honestidade e como se todos os Governos fossem desonestos. Adiante disse que não gostava de retaliação, até porque o ser humano tinha acertos e erros que no Governo anterior do Senhor José Bonifácio, registrando o loteamento do Brasil aprovado irregularmente, a venda de cento e tantos lotes em Bujão quando faltavam cinco dias para terminar o Governo com apenas o parecer do Luiz Antônio Prado, demolição da casa de Rosalina Ferraz, demolição da casa de Helelata de Pires Macedo, próximo ao Coladual, com o terreno sendo vendido para a construção do edifício DECTA, a compra do Rio Barbosa sem autorização do Câmara e, o caso da dívida ativa, e por tal processo denunciado pelo Tribunal de Contas, quase perdido o mandato sendo salvo pela Câmara, quando Alair Pereira se diria aos seus Vereadores para votarem contra o parecer do Tribunal de Contas do Estado e favorecerem ao Prefeito José Bonifácio, e encerrando agradeceu enfatizando que esperava ter elucidado a mente de alguns Vereadores. A seguir, explicou a tribuna o Vereador Adalberto Pinto de Andrade, do PSD, falando inicialmente de sua sua história ao saber que a Estalagem, entidade tradicional no apoio a escola excepcional, no aniversário há cerca de vinte anos sua fechada. Disse que podia falar com entusiasmo, porque tinha um filho atendido pela Instituição, enfatizando que a criação de várias Sintercolas, inclusive a do Menor e que merecia todo o respeito, mas não ocularia que patammente a Sintercola do Menor e do Adolescente acabasse com a Estalagem. Disse que no final do Governo anterior, deu todo o apoio para manutenção da Estalagem, pois sobre do valor da entidade. Disse que agora, fazendo parte do Governo, e não tinha vergonha de declarar, estivesse com o Prefeito José Bonifácio para entrar numa solução, tendo o Prefeito aprovado que não conhecia a Estalagem em Cabo Frio e sem a APAE, tendo informado que a Estalagem existia e que tinha um filho estudando na Sintercola há seis anos. Adiante, historicou sobre a Estalagem, a Presidência de Jaldino Eduardo Cavalcanti e depois sua esposa, Demetery de tanto há anos. Disse que abalmente a Presidente da entidade era a Professora

U

vários dados lamentando a falta de apoio por parte da administração pública. Falei
 sobre a importância da Botafogo para excepcionais com idade adulta e que não eram
 aceitos pela ABAE e o grande prazer social de suas atividades, dando como exemplo o
 próprio filho, um jovem excepcional com oito e um ano, e que era muito bem alin-
 do, e que hoje procurava pelo chassi do que considerava a sua bicicleta. Falei que a
 Botafogo tinha um terreno em frente à Prefeitura de oitocentos metros, e mais uma vez
 iria ter contato com o Prefeito tentando uma solução, nem que fosse a construção de
 sede própria. Disse também que iria exigir do Prefeito o aluguel de uma sala na Igre-
 ja, ou então outro imóvel para Botafogo, indagando se quem os Vereadores do PT
 tinham prioridade, enfatizando que a exemplo de outros Vereadores, do Governo ou
 não exigia respeito, enfatizando ainda que estava posicionado politicamente em apoio
 ao Prefeito, no que encareu sua fala. A seguir, comparei à Tribuna o Vereador Orlando
Freitas da Silva, observando inicialmente que faltavam mil quatrocentos e quatorze
 para que a população de Labo São, votasse a favor. Quando pronunciamente ao seu discor-
 so, fazendo uma alusão ao "Bairro Nunca Mais", e seu nascimento,
 após a revolução de vinte e quatro, disse ter tomado conhecimento que em Labo
São, vários da comunidade já começavam a se organizar no sentido de criar
 no município o movimento "Bairro Nunca Mais". A seguir manifestei sua solidari-
 dade aos pronunciamentos dos Vereadores Eduardo Penia Neto e Aires Bessa de
Siqueira, ao registarem a forma como vinham sendo tratados os servidores Públicos
 Municipais, inclusive, aqueles que vinham sendo demitidos pelo extermínio que se
 instalara nos países combidos da Prefeitura e impando o arbítrio, a força e o autoritarismo.
 Quanto a base de cálculo para as demissões estava na ordem de seiscentos
 e oitenta e um mil cruzeiros, quando já vigorava em todo o País um novo salário. Disse
 ainda que as pessoas ao receberem as demissões eram informadas de que não tinham
 direito ao FGTS, sob alegação de que o Governo anterior não reunia tal obriga-
 ção. Disse que tal argumento mais parecia uma burla, como se o Prefeito anterior
 fosse o impugnado, ou como se o Prefeito como pessoa corporificasse o Município a cada
 eleição, o mesmo ocorrendo quando solicitavam as quotas para receberem o seguro
 desemprego. Falei o seguir sobre o que considerava vulnerabilidade do Governo, e que
 os Vereadores alinhados com o Prefeito não tendo como defendê-lo, partiam para a
 que, salomando e lançando a intriga, e pior, não tendo a coragem de, da Tribuna
 de mentirem aos Vereadores de oposição. Abrebrando, disse que o maior fantasma
 o maior "marajó" era na realidade o atual Prefeito que ficava durante quatro

JK
anos no Gabinete de José Maurício em Brasília recebendo polpuda salário e, sem
comparar um dia ao referido Gabinete, lembrando a conduta de funcionário da
CERS, ostentada pelo Senhor José Bonifácio. Lembrou que o ingresso ao serviço Púb-
lico deve se dar por concurso indagando quem poderia tirar a primeira pedra, adu-
ndo ainda que muitos funcionários, estavam sendo prejudicados por não terem cumprido
o concurso, perguntando adiante, se o Prefeito ingressaria na CERS por concurso
fora da regra matéria publicada no Diário em 12 de fevereiro, denunciando pagamen-
to de indenizações ilegais pelo Companhia Estadual de Gás e pontos de Secretário de
Estado de Minas e Enrique José Maurício Soares, e ainda, ratificando tais pontos
também de forma ilegal. A seguir, disse que era o Secretário de Estado de Minas e Enri-
que o "padrinho" do Prefeito José Bonifácio, o "exterminador do terceiro milênio", per-
guntando se o Senhor José Bonifácio que se dizia tão puro, incorruptível fechava os
portas do Prefeitura para o seu "padrinho" e ainda, se o Prefeito devolvia o dinheiro re-
cebido individualmente durante tantos anos do Governo do Estado. Disse que deixa-
va tais indagações como uma reflexão para todos os Simadores. Quanto ao Projeto de
Lei do Executivo, dispondo sobre concessão Monetária do Incentivo de 1993, disse
que não continha a si manifesta sobre o assunto, observando ainda que o PT
B promovira no dia anterior mais uma Reunião e decidiu fechar questão contra
o Projeto no que encerra sua fala. A seguir ocupou a Tribuna o Vereador Wilson
da Silva Júnior afirmando inicialmente que não queria rebater acusações, mas
lembrava que o povo de Cabo Frio sofreu durante mil quatrocentos e sessenta dias com
o Prefeito da Administração Comunitária, o ex-Prefeito João Soldanha. Falou dos onze
milhões de empréstos, conhecido como escândalo do SIOI, falou das várias máquinas
das indenizações pagas em cargos comissionados entre outras absurdas. Disse que o
povo de Cabo Frio, assustado ao mandato de um Prefeito marajá, por raramente
estava em Cabo Frio, e muito menos no Prefeitura, por duas ou três vezes fora de
nunciado pela Câmara. A seguir, aplaudiu atos do Prefeito restabelecendo conexão
com a CERS, concessão de Vale Transporte e passando para o PROINF a administra-
ção do Terminal Rodoviário e assim gradativamente o Prefeito ia sanando os
problemas criados pelas duas Administrações que o antecederam e que haviam sido
relembros. Falou de sua presença nos acertos da atual administração, e se isso haviam
no presente, em futuro não muito distante o funcionário Municipal seria recompensado pe-
lo seu salário digno. Disse que lamentava a falta de empenho de outros Prefeitos pa-
ra que o mirrado de Probalho fosse paliado, mas que a partir da atual Administração

houve todo empenho para a concessão de todos os melhor de leis orgânicas. Falou do episódio ocorrido no Governo João Saldanha, quando um empresário da construção civil ao conversar com o Prefeito sobre autorização para um empreendimento que geraria mais de cento e cinquenta empregos, recebeu pedido para a construção gratuita de uma obra para a Prefeitura que nada mais era do que uma casa de banheiros, a ser localizada no Bairro da Gamba, ou no Largo da Ressurgência. Disse que foi Benfácio estava propalando o desenvolvimento de Cabo Frio para o divisa com o 3º Distrito entre Riojas e Guim, podendo obrigar um sem número de empresas naquela área. Disse que diante do quadro que se delineava em Cabo Frio, estava claro que o povo queria não um Prefeito político, mas um Prefeito Administrador, com probidade e competência Administrativa, fazendo com que o Município fosse respeitado. Quanto as demissões, disse que simplesmente contratos não haviam sido renovados, pois não havia condução de renovação, e mais, que grande parte das Admissões eram no mínimo irregulares, e que muitos haviam sido enganados pois não sabiam que os contratos eram de prazo determinado. Falou a seguir que o caos decorado por certos Administradores era flagrantemente, principalmente quanto a funcionários, que de estatutos passaram para estatutários e de estatutários passaram para estatutários, entre outras absurdos e, protestando, encerrou seu fala. A seguir, como último orador, ocupou a Tribuna o Vereador Abelardo Maurício de Aguiar Neto do PT do B, falando inicialmente de sua alegria quando viu que quase todos os Vereadores eram lideranças em defesa da classe trabalhadora do Município. Disse a seguir que era trabalhador da Prefeitura há onze anos e, que havia sido admitido no Governo José Benfácio, após o período eleitoral e fora o primeiro pessoa demitido no Governo Blair Carrá. Disse também ter sido o primeiro trabalhador da Prefeitura readmitido no mesmo Governo, aduzindo que isto era um fato constante em administrações que assumiam. Disse que fora injustiçado, pois trabalhava no Hospital do JERSCAF e não sabiam que era aquele jovem dentista, no presente, e falava com orgulho, reencantado no último eleição com votos para a Câmara Municipal. Disse que conversara ao seu também assistente no Governo João Saldanha, relatando que a época fora recebido e contratado pelo Prefeito Blair Carrá e, nem mesmo se consumara sua demissão e foi readmitido, na medida em que houvera por parte do Senhor Prefeito, um equívoco como agora talvez alguns equívocos estivessem ocorrendo e que naturalmente seriam sanados, o que não significava que a maioria das demissões não fosse daquelas que sempre haviam morado nas tetas do Governo Municipal.

Ch

Diz-se que votara em favor Benício e votaria novamente quantas vezes fosse necessário, porque acreditava nele. Ainda sobre as demissões, lembrou o Governador Saldanha, quando no seu início o Chefe de Gabinete demitia mais de mil e duzentos funcionários de uma só vez, não admitindo que agora fizessem ironicamente em tratar disso o doquite. Respondendo a aparte do Vereador Aires Bezerra de Albuquerque o orador admitiu equívocos que pudessem ter ocorrido nas demissões do atual Governo, afirmando que o exemplo dos demais Vereadores estaria também ao lado das injustiças, buscando a reparação se fosse o caso, louvando também a atitude do Vereador do PRDB por estar do lado do trabalhador, inspirando que a gesto não se restringisse apenas ao momento atual, mas, durante todo o mandato do Prefeito José Benício. Encerrou sua fala com o comando a todos os Vereadores para que independente da ideologia política, estivessem imersos na luta pelo enriquecimento do Município de Cabo Frio. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos a Ordem do Dia, sendo aprovadas as seguintes matérias: Aprovadas as Indicações nºs 002/93, 003/93, 004/93, 009/93 e 010/93. Terminada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

x
 x
 [Assinaturas]

Ata da Primeira Sessão Ordinária do Primeiro Conselho Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 18 de fevereiro de 1993.

As dezesseis horas do dia 18 de fevereiro de mil novecentos e noventa e três (1993), sob a Presidência do Vereador Urbano do Rocha Mendes e com a comparecimento do Primeiro Vereador pelo Vereador Abdirton Albuquerque de Aguiar, não compareceu ordenadamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além de não responderem a chamada nominal, os seguintes Vereadores: Adalton Leite de Andrade, Aires Bezerra de Albuquerque, Antônio Carlos Soares de Azevedo, Alfredo Luiz do Rocha Barros, Carlos Ro-